



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LUCIANA SIMÕES RODRIGUES

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: HISTÓRIAS DE ALUNAS EGRESSAS DA
ESCOLA NOSSA SENHORA DO HORTO DE DOM PEDRITO/RS**

**Bagé
2016**

LUCIANA SIMÕES RODRIGUES

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: HISTÓRIAS DE ALUNAS EGRESSAS DA
ESCOLA NOSSA SENHORA DO HORTO DE DOM PEDRITO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras- Português, Espanhol e suas respectivas literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em letras.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

**Bagé
2016**

Luciana Simões Rodrigues

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: HISTÓRIAS DE ALUNAS EGRESSAS DA
ESCOLA NOSSA SENHORA DO HORTO DE DOM PEDRITO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras- Português, Espanhol e suas respectivas literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em letras.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho
Bica

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 7 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dra. Claudete da Silva Lima Martins
UNIPAMPA

Prof. Dra. Diana Paula Salomão de Freitas
UNIPAMPA

Dedico este TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) à minha família: meus filhos Bernardo e Leonardo, meu companheiro Marcio e aos meus pais Elida e Luiz Antônio, que sempre me incentivaram às novas conquistas, com apoio, compreensão e cooperação.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica pela sua orientação, sua paciência, sua calma, seu bom-humor e sua sabedoria, ao conduzir-me neste trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Letras-Português e Espanhol.

A todos os docentes que com seus ensinamentos contribuíram com meu aprendizado e progresso ao decorrer do curso, principalmente, à professora Isaphi Alvarez.

Aos colegas do curso pela caminhada, pela troca de experiências e cumplicidade nos momentos de vitórias e também nos momentos difíceis desta jornada acadêmica, em especial, ao colega Dênis Quadros por me dar tranquilidade e auxílio sempre que precisei.

Às professoras entrevistadas que colaboraram para a realização deste trabalho.

À minha família que compreendeu minhas ausências, meus momentos de nervosismo, minha insegurança e sempre me deu suporte e incentivo para que eu pudesse seguir em frente.

E, sobretudo, a Deus por me dar força, saúde e proteção para vencer os desafios e obter novas conquistas.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire (2000, p.67)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo reconstruir as memórias individuais e coletivas de alunas egressas dos Cursos Normal e Magistério da Escola Nossa Senhora do Horto, da cidade de Dom Pedrito-RS para compreender os objetivos da Formação de Professoras Mulheres. A metodologia utilizada neste trabalho é de abordagem qualitativa, a coleta de dados será feita através de entrevista composta por perguntas abertas que serão analisadas, nesta lógica, utilizamos entrevistas com 05 (cinco) alunas: três egressas do Curso Normal e duas do Magistério, sendo uma das egressas estudante no período de troca do curso (1971) Normal para o curso de Habilitação em Magistério. Neste processo metodológico, compreendemos que ao buscar a memória coletiva, também apreendemos o processo de formação identitária da profissão docente no Curso Normal e Magistério que se caracterizava pela presença majoritária de mulheres. Como arcabouço teórico tomamos os estudos de Alberti (2004); Almeida (1998); Freitas (2000); Halbwachs (2003); Le Goff (2013); Louro (2004); Nóvoa (1992); Scott (2011); Saviani (1997). Por fim, com o processo de análise das entrevistas e da reescrita das memórias individuais e coletivas das professoras, percebemos que a profissão docente esteve intimamente relacionada ao universo (dócil, submisso e obediente) feminino, como comenta Louro (1987, p. 26), como se fosse: *da natureza feminina ter tais características*, e, no caso específico da Escola Nossa Senhora do Horto, ligada à educação da mulher do município de Dom Pedrito/RS. Estes princípios corroboram para que houvesse um olhar e uma perspectiva na formação identitária da profissão docente das alunas do Curso Normal e Magistério da Escola Nossa Senhora do Horto.

PALAVRAS-CHAVE: Memória e Esquecimento; Formação Docente; Educação Feminina; Curso Normal e Magistério.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo reconstruir las memorias individuales y colectivas de alumnas graduadas de los Cursos Normal y de Maestría de la Escola Nossa Senhora do Horto en la ciudad de Dom Pedrito-RS para entender los objetivos de la formación de Profesoras Mujeres. La metodología utilizada en este trabajo es de enfoque cualitativo, la recopilación de datos será hecha a través de entrevistas compuestas por preguntas abiertas que serán analizadas en esta lógica, utilizamos entrevistas con 05 (cinco) alumnas: tres graduadas del Curso Normal y dos del Curso de Maestría, siendo una de las graduadas, estudiante en el período de cambio del Curso Normal (1971) para el Curso de Maestría. En este proceso metodológico, entendemos que en la búsqueda por la memoria colectiva se percibe que este proceso de formación de la identidad de la profesión docente en el Curso Normal y de Maestría se caracterizaba por la presencia mayoritaria de las mujeres. Como marco teórico tenemos los estudios de Alberti (2004); Almeida (1998); Freitas (2000); Halbwachs (2003); Le Goff (2013); Louro (2004); Nóvoa (1992); Scott (2011); Saviani (1997). Por fin, con el proceso de análisis de las entrevistas y de las memorias individuales y colectivas de las profesoras, nos damos cuenta de que la profesión docente era profundamente relacionada con el universo (dócil, somiso y obediente) femenino, como indica Louro (1987, p. 26), como si fuera: *da natureza feminina ter tais características*, y, en el caso específico de la Escola Nossa Senhora do Horto, unida a la educación de la mujer de la ciudad de Dom Pedrito/RS. Estos principios corroboran para la existencia de una mirada y una perspectiva en la formación de la identidad de la profesión de docente de las alumnas del Curso Normal y de Maestría de la Escola Nossa Senhora do Horto.

PALABRAS-CLAVE: Memoria y Olvido; Formación Docente; Educación Femenina; Curso Normal y Maestría.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. História e memória: As fontes orais como documento historiográfico .	12
1.1. Memória individual	14
1.2. Memória coletiva	15
1.3. Memória e história	16
2. Professor de séries iniciais: Uma profissão feminina?	18
2.1. História das mulheres	18
2.2. Do Curso Normal ao Magistério: História da formação de professores	20
3. A Escola Nossa Senhora do Horto e o Curso Normal	24
3.1. Curso Elementar e Ginásial.....	25
3.2. A primeira Escola Normal de Dom Pedrito-RS: Escola Normal Nossa Senhora do Horto.....	26
4. Buscando uma identidade coletiva através das memórias individuais .	27
4.1. Memórias individuais de Maria do Horto.....	28
4.2. Memórias individuais de Maria Iara.....	29
4.3. Memórias individuais de Elida	32
4.4. Memórias individuais de Maria Helena	34
4.5. Memórias individuais de Dirlene	36
4.6. Traçando uma memória coletiva	37
Considerações finais	40
Referências	42
Apêndices	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo principal reconstruir as memórias de estudantes do Curso Normal e do Magistério de diferentes décadas que fizeram parte destes cursos na escola Nossa Senhora do Horto, na cidade de Dom Pedrito-RS. A partir das histórias e memórias individuais e coletivas destas mulheres evidenciamos alguns aspectos sobre a situação da educação, traçando um panorama entre as décadas de 1949 a 1997. Nesse sentido, buscamos entender também o significado social de ser aluna egressa dos cursos Normal/ Magistério da Escola Nossa Senhora do Horto.

Para tanto, ressaltamos as experiências das estudantes, seus sonhos, suas recordações e aspirações, na tentativa de desvelar o significado de tornar-se professora, descobrindo com o passado das entrevistadas aspectos que podem nortear nosso futuro em relação à futura profissão como docentes.

A metodologia utilizada para a composição deste trabalho é de abordagem qualitativa, e o processo de coleta de dados utilizado é um questionário composto por perguntas abertas. Os resultados apresentados são oriundos de entrevistas realizadas com duas egressas do Curso Normal (1949, 1959), uma egressa no período de transição para o Magistério (1974) e duas egressas do Curso do Magistério (1980, 1997) que frequentaram a Escola Nossa Senhora do Horto, nesse período, na cidade de Dom Pedrito-RS.

Faremos ao longo do trabalho, uma narrativa da história da Escola Nossa Senhora do Horto, que foi a primeira escola a implantar o Curso Normal, na cidade de Dom Pedrito e pela qual passaram muitas professoras, a grande maioria do professorado desta cidade, muitas aposentadas e outras ainda em atividade.

O Curso Normal passa a chamar-se Magistério em decorrência da Lei 5.692/1971, fazendo com que as Escolas Normais desaparecessem instituindo em seu lugar a Habilitação específica de 2º grau para exercício do Magistério e que hoje não funciona mais na Escola Nossa Senhora do Horto desde o ano 1997.

Dentre os objetivos que nos conduzem ao objetivo principal do trabalho, também visamos reviver as lembranças da época em que as entrevistadas eram normalistas e, a partir do relato delas, o que representava cursar o normal ou Magistério nas diferentes épocas em que funcionou o curso, na tentativa de desvelar

as perspectivas pedagógicas da Formação de Professores e o significado de ser normalista, o que as levou a tal escolha, a visão do curso perante a sociedade, como eram caracterizadas as normalistas/professoras de cada época (comportamento, classe social) e a influência que o curso exerceu em suas vidas como futuras professoras.

O interesse por esta temática se deve a uma tentativa de compreender o que ocorreu com a profissão docente, professora do primário e a atual desvalorização do Magistério e das pessoas que exercem a profissão de docentes na nossa sociedade, nos dias de hoje. Como tais mudanças nos conduziram a uma depreciação do trabalho docente e a uma pouca procura por Cursos Normais, Magistério ou licenciaturas.

Sabemos que mesmo aqueles que se dispõem a cursar o Magistério ou licenciaturas nem sempre vão exercer a profissão devido aos baixos salários e a essa crescente desvalorização do professor.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: no primeiro capítulo intitulado **História e memória: As fontes orais como documento historiográfico**, discutiremos brevemente alguns conceitos que se tornam fundamentais para a compreensão e discussão dos resultados da pesquisa. Discutiremos nesse capítulo, também, acerca dos conceitos de memória individual e memória coletiva, segundo Halbwachs (2003), discorrendo sobre até que ponto memórias individuais nos permitem observar a memória coletiva e, conseqüentemente, a formação identitária, no caso de nossa pesquisa, dessas professoras do primeiro ciclo da educação básica.

No segundo capítulo, intitulado **Professor de séries iniciais: Uma profissão feminina?**, buscaremos perceber como o espaço delegado às mulheres, em diferentes épocas, fez com que a profissão docente fosse vista como uma profissão para mulheres. Para isso, veremos como a história das mulheres, segundo Joan Scott (2011), permite que pensemos sobre essa formação da identidade docente e, em especial, a história das mulheres no Brasil. Para isso, pautaremos nossos estudos na obra **História das mulheres no Brasil** (2004) de Guacira Lopes Louro, pensando no espaço que foi delegado há muito tempo às mulheres.

No terceiro capítulo, intitulado **A escola Nossa Senhora do Horto e o Curso Normal**, buscaremos compreender a importância social do Curso Normal, depois Magistério, para a sociedade em que nossas entrevistas estão inseridas. Também

discutiremos neste capítulo a educação para mulheres e as escolas religiosas, em especial, a escola Nossa Senhora do Horto, importante educandário pedritense que formou as primeiras normalistas da cidade.

No quarto e último capítulo, intitulado **Buscando uma identidade coletiva através das memórias individuais**, apresentaremos os resultados e discussões das entrevistas enfocando a formação da identidade docente através das falas das entrevistadas, percebendo como ocorreram as mudanças até o atual desprestígio do curso que, como podemos perceber, foi extinto da Escola Nossa Senhora do Horto nos fins da década de 1990.

Evidencia-se que a profissão docente para as estudantes do Curso Normal representava um status dentro da sociedade, bem como a única possibilidade de trabalho para essas mulheres. Após, quando o curso muda de nomenclatura chamando-se Magistério essa marca de profissão feminina vai perdendo a importância, mas ainda fortemente marcada pelas características passadas.

Através dessas memórias individuais de cada entrevistada podemos perceber como a identidade docente foi sendo moldada ao longo da história, demarcando fortemente o espaço feminino por ser uma das poucas possibilidades de profissão, de trabalhar fora de casa, ou seja, ocupar um espaço na sociedade.

1. - MEMÓRIA E HISTÓRIA: AS FONTES ORAIS COMO DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO

As aproximações entre história e memória, hoje, são possibilidades de compreendermos os fatos históricos de maneira mais ampla e detalhada. De acordo com Le Goff (2013, p.435):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Dessa forma, para compreendermos como história e memória se entrelaçam e esboçam a formação de identidades, no caso desse trabalho, individuais e coletivas, compreendendo através do arcabouço da história oral como a profissão docente tornou-se sinônimo de profissão para mulheres.

Ressaltamos que mesmo não tendo como objeto de estudo as tradições orais, é necessário que compreendamos como a história oral surge e de que maneira é possível legitimar essa história não contada, ou mesmo silenciada, e ainda, como a história das mulheres entrará nessa gama de silenciamentos e exclusões. Além disso, a história oral que tem como objeto de estudo os relatos passados de pessoas que estiveram imersas na realidade que descrevem, é importante para este trabalho, no intuito de complementar o que já sabemos e está cristalizado nos registros da história escrita. Santos (2005, p. 3) entende a história oral como:

Não obstante suas limitações, a história oral deve ser entendida como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o qual, muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento. Quando uma pessoa passa a relatar suas lembranças, transmite emoções e vivências que podem e devem ser partilhadas, transformando-as em experiência, para fugirem do esquecimento.

Fazer o levantamento desses relatos e, em especial os relatos de ex-alunas e professoras, faz-se necessário para compreendermos de forma mais ampla como a formação da identidade docente e, mais do que tudo, das professoras das séries iniciais, reforçam nosso objetivo de relatar e compreender como a profissão é, atualmente, desvalorizada e desprestigiada.

Ainda pensando no uso das fontes orais como complemento das fontes escritas que legitimam um determinado discurso da História e, conseqüentemente, uma verdade, está o conceito de memória e até onde essa memória que, segundo Hall (1952 apud SANTOS, 2005 p.3), é induzida pelo pesquisador e não representa uma descrição fiel dos acontecimentos passados.

Antes de tudo, a história oral é uma metodologia de pesquisa que começou na década de 1950 com o surgimento dos primeiros gravadores, material necessário para os registros orais. No Brasil, a história oral surgirá na década de 1970 com a criação do programa de História Oral no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) ligado à Fundação Getúlio Vargas.

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, ou excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. (JOULARD, 2000, p.33, grifos do autor)

A história oral está ligada principalmente às fontes orais e, no presente trabalho, servirá de fundamentação teórica para a compreensão da relação entre história e memória. Além disso, buscaremos através dos relatos de alunas egressas a compreensão da construção da identidade dessas ex-normalistas e ex-alunas do Magistério.

Ao buscar os relatos e a voz dessas mulheres esquecidas e silenciadas, que não entram como representantes da história oficial contada pelos vencedores, também estamos resgatando a importância de seu papel para a sociedade onde estão inseridas. Dessa forma, compreenderemos o espaço delegado a elas fortemente ligado ao papel de mãe: mulher que cuidará do lar e, conseqüentemente, da educação dos filhos que se diferencia entre a educação das mulheres e dos homens.

Dentro desse campo, os levantamentos dos relatos dos indivíduos passam pelo processo de relembrar ou mesmo rememorar. As fontes orais servem de objeto de pesquisa de acontecimentos históricos que não foram registrados graficamente por inúmeros motivos e que necessitam ser recolhidos. Contudo, não faremos, ao recolher os relatos das nossas entrevistadas, o papel de memorialistas registrando os relatos e pontos de vistas, mas analisaremos os resultados pelo ponto de vista da história oral que, além de recolher os relatos, reflete sobre essas memórias

individuais que formam, de alguma maneira, uma memória coletiva e dentro dessa memória sondaremos a construção da identidade docente.

1.1. - Memória Individual

Bem como o conceito de história, precisamos compreender o conceito de memória que está atrelado ao de conceito de identidade, pois, segundo Joulard (2000, p.43): *a memória é um elemento constitutivo da identidade*. A discussão do conceito de memória individual corrobora para a deslegitimação das fontes orais como fontes historiográficas, contudo contribui, ao mesmo tempo, para que a história oral seja vista como uma forma, assim como afirmou Joulard (2000), de dar voz aos silenciados e esquecidos, aos derrotados que não tem sua história contada. Na mesma direção Portelli (2000, p. 69), afirma:

Essencialmente, disseram-nos que uma memória individual é ideológica, mitológica, não confiável (...), mas isto é a memória. A história, no entanto, é propriedade de instituições e de historiadores profissionais. Em outras palavras, não estamos sendo convidados a substituir uma memória muitas vezes falha e não confiável pela história científica; estamos sendo convidados a substituir a memória de vários bilhões de indivíduos que vivem nesse planeta pela memória profissional de um grupo de historiadores profissionais ou pelas memórias institucionais dos centros de poder.

Essa tentativa de priorizar documentos escritos em detrimento às fontes orais está permeada pelos mecanismos de poder que, como já afirmamos, legitima e cristaliza uma história contada pelos vencedores. Para que essa história seja considerada verdade, faz-se necessário que suas outras faces sejam silenciadas, pois a coexistência de duas verdades não é permitida e foge da objetividade dos fatos históricos.

Mesmo a memória individual¹, não sendo uma fonte de total confiança as memórias individuais de mais de um sujeito permitem que compreendamos e, até mesmo, tracemos um panorama dos fatos históricos. Cada indivíduo lembrará de fatos à sua maneira, contando a sua versão do ocorrido. Essas memórias passarão pelo crivo do tempo que mudará algumas imagens, esquecerá outras e, ainda, cristalizará uma narrativa específica.

¹ Por se tratar de memórias, ao serem ouvidas anos depois dos fatos históricos, elas podem ter sido alteradas, esquecidas e lembradas, onde o processo de lembrar passa por uma reflexão crítica do entrevistado comparando com sua visão atual dos fatos lembrados.

Há dois processos de lembrar fatos passados: o primeiro é recordar e esse processo leva em conta determinados fatos ocorridos que não foram relativamente importantes e denotam lembranças mais recentes. A recordação também ocorre de forma involuntária e não contempla a reflexão. O outro processo de lembrar fatos passados é a rememoração, na qual o sujeito que contará o fato fará uma escolha específica de palavras, refletindo e fazendo comparações com a atualidade, com o tempo presente. Ambos os processos compõem a memória individual.

1.2. - Memória coletiva

A memória coletiva é parte constitutiva e importante, como já dissemos, para os povos que possuem uma cultura oral. Ela também é um dos meios de dominação, pois a cultura não está permeada na sociedade e sim restrita a um pequeno grupo. A memória coletiva é construída através de várias memórias individuais como afirma Halbwachs em **A memória coletiva** (2003), obra em que o autor irá discorrer sobre esses dois tipos de memórias e as relações da memória coletiva com a memória histórica, o tempo e o espaço.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade de cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2003, p.69)

Pensando nesse conceito de memória coletiva em relação às memórias individuais é que buscaremos compreender como a identidade docente e, em especial, a feminina foi construída em relação à sociedade onde os sujeitos estão inseridos. Esses vários pontos de vista que formam o que chamamos de memória coletiva modificam-se ao longo do tempo e é nessa modificação e, recorrente, desprestígio que sondaremos como essas ex-alunas eram vistas referente à sua escolaridade na sociedade pedritense.

Portanto, existiram memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Não obstante, conforme participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e opostas. Por um lado, suas

lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal- as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue de outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. (HALBWACHS, 2003, p. 71)

Podemos compreender as duas ressalvas que Halbwachs faz, ambas são importantes para embasar a discussão de nossos resultados. Pois, recolher essas memórias individuais através dos relatos obtidos pelas entrevistas não surtem o efeito que precisamos, pois cada aluna recordará os fatos que mais a marcaram. Para desviar-nos dessa possibilidade, utilizamos um questionário com perguntas abertas que conduzem as entrevistadas a se aterem a responder o que perguntamos o que, em um segundo momento, nos permite confrontar essas memórias.

Outro ponto importante é que por serem egressas de diferentes épocas do Curso Normal, podemos perceber como o curso foi, aos poucos, perdendo prestígio, ao passo que o leque de opções profissionais para as mulheres foi aumentando.

1.3. - História e memória

O imbricamento entre história e memória faz-se necessários para o presente trabalho, ao passo que fazemos um estudo histórico buscando nas memórias os fatos necessários para refletirmos sobre a formação da identidade docente pelo viés dessas alunas egressas. O conceito de história, dos três descritos por Le Goff (2013), que adotamos para a realização deste trabalho, é o de narrativa. O primeiro discorre sobre a história como investigação das ações realizadas pelos homens, o segundo pauta o objeto da história nos fatos históricos da humanidade.

Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narrativa. Uma história é uma narrativa, verdadeira ou falsa, com base na “realidade histórica” ou puramente imaginária – pode ser narrativa histórica ou fábula. (LE GOFF, 2013, p.22).

Operando junto a esses conceitos de história temos as relações que o historiador estabelecerá com seu objeto de estudo que passam pelo crivo ou pela necessidade de imparcialidade e objetividade.

Se a imparcialidade só exige do historiador honestidade, a objetividade supõe mais. Se a memória faz parte do jogo do poder, se autorizam manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade. (LE GOFF, 2013, p.35)

Dessa forma, devemos sempre levar em conta como essas memórias podem ser modificadas por determinados acontecimentos, tendo como base documentos escritos. Trabalharemos, neste caso, com um estudo sobre a escola Nossa Senhora do Horto, bem como outros documentos como as leis e, em especial, a lei 5.692/71 que muda a nomenclatura e objetivos do Curso Normal, transformando em Magistério.

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2013, p.437)

Para tanto, buscar essas memórias individuais através de fontes orais de alunas egressas dos Cursos Normal/ Magistério é perceber como o passado reflete o presente estado de desvalorização da profissão que possui suas raízes na formação dessas professoras e que, como veremos, está relacionado com a história das mulheres no Brasil e o espaço que era delegado ou permitido profissionalmente a elas. Esse espaço restrito, mas que permitia a passagem pela sociedade e que representava algum tipo de status, bem como a possibilidade de trabalho e sustento.

2. - PROFESSORES DE SÉRIES INICIAIS: UMA PROFISSÃO FEMININA?

Durante muito tempo, a profissão docente foi vista como feminina. Um dos motivos que veremos que contribuiu para que essa visão se propagasse é a relação materna que a sociedade impingia à mãe, por seu papel de educadora e responsável pela formação da prole. Esse quadro vem mudando e não é mais possível classificar uma profissão como restritamente masculina ou feminina. Contudo, percebemos que professores de séries iniciais ainda são, em sua maioria, mulheres.

Pensando nessa característica e por serem nossas entrevistadas todas mulheres, nos propomos a verificar como a história das mulheres está imbricada com as possibilidades de profissão delegadas às essas mulheres que tinham como função social cuidar do lar e dos filhos.

2.1. - História das Mulheres

Há, atualmente, no campo da história, uma linha de pesquisa que busca o resgate da história das mulheres, recontando alguns fatos históricos pelo viés e pelo olhar das mulheres.

A história das mulheres apareceu com um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. Apesar das enormes diferenças nos recursos para ela alocados, em sua representação e em seu lugar no currículo, na posição a ela concedida pelas universidades e pelas associações disciplinares, parece não haver dúvida de que a história das mulheres é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo. (SCOTT, 2011, p.65)

Compreender, brevemente, esse campo da história faz-se necessário para o presente trabalho pelo fato de que nossas entrevistadas são ex-alunas dos cursos Normal e Magistério. Além disso, retratando as memórias individuais dessas mulheres, percebendo em suas épocas o espaço que lhes era delegado.

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da "história", investiga o modo como o significado daquele termo geral foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada à "história do homem", em oposição à "história das mulheres", expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato

completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história: o Homem universal. (SCOTT, 2011, p.80)

Como podemos observar a história das mulheres além de despertar essas vozes silenciadas, tem como foco utilizar como objeto histórico esse outro lado dos fatos ocorridos. A história das mulheres, nesse caso, assemelha-se aos objetivos da história oral que revela a versão dos “derrotados” dando-lhe uma nova versão dos fatos.

Ao contrapor a história oficial ou a história dos vencidos, a história das mulheres não apenas relata vozes minoritárias como, também, rompe com a ideia de que podemos ter uma história verdadeira. Como já vimos, essa verdade cristalizada é, cada vez mais, debatida e contraditória dentro do campo da história e a história das mulheres vêm para somar e romper, ainda mais, com essas verdades cristalizadas.

Um ponto que é retratado pela história das mulheres e que compõe os estudos organizados por Mary del Priore em sua **História das mulheres no Brasil** é o artigo de Guacira Lopes Louro, intitulado **Mulheres na sala de aula** em que a autora traçará um panorama da educação, das mulheres e a ligação do papel feminino, de mãe com o Magistério.

Quando os deputados regulamentaram com a primeira lei de instrução pública o ensino das “pedagogias” – aliás, o único nível a que as meninas teriam acesso –, afirmaram que seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar”. (LOURO, 2004, p. 372)

A regulamentação do direito à educação demonstra a quem será delegado o ensino: às mulheres. Essa será a primeira e única, até então, profissão desenvolvida para as mulheres, pois como podemos ver uma das necessidades da educação, diferenciada entre masculina e feminina é o ensino de práticas domésticas.

Ao serem criadas as escolas normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar. Mas tal objetivo não foi alcançado exatamente como se imaginava: pouco a pouco, os relatórios iam indicando que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens. (LOURO, 2004, p. 375)

Mesmo que os Cursos Normais não restrinjam a presença de sujeitos masculinos, a grande maioria das alunas e formandas desse curso são mulheres. Uma das respostas para essa grande maioria e que destacamos é que o Magistério exigiria um cuidado de mãe, o que pressupõe que apenas mulheres teriam essa qualidade necessária. A verdade é que, ainda nessa época, a única possibilidade de emprego fora de casa era ser professora.

Além disso, não podemos esquecer que a profissão também dedicava *status* para as professoras e suas famílias. Atingir o nível normal e tornar-se professora primária era o que as meninas da época almejavam.

Foi também dentro desse quadro que se construiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as solteironas e viúvas. Não há dúvida que esse caráter provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os seus salários se mantivessem baixos. (LOURO, 2004, p.379)

Os baixos salários advêm, em parte, desse desprestígio com a profissão que possui um forte caráter feminino. Por ser uma profissão de mulheres, nossa sociedade, ainda, fortemente machista opera para sua opressão.

2.2. - Do Curso Normal ao Magistério: História da Formação de Professores

As Escolas Normais começam a surgir a partir do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 em que o governo delega às províncias a responsabilidade de criação e manutenção de escolas de formação de professores. A educação, nesse período, era esparsa e os professores que davam essas aulas eram, normalmente, bacharéis em direito, escritores ou sacerdotes, não havendo um profissional específico e um currículo comum. A primeira escola que surgirá nessa leva é a Escola Normal de Niterói no Rio de Janeiro em 1835.

Esta descentralização ficou comprometida devido à escassez de recursos e de escolas, professores sem habilitação adequada para o exercício do Magistério, indiferença dos pais pela instrução dos filhos, escolas pessimamente instaladas e desprovidas de material de ensino, baixa frequência dos alunos, que eram muito solicitados em casa ou no campo e

ausência de Escolas Normais para promover a formação dos mestres. (MENDES SOBRINHO, 1998, p.14)

A Escola Normal de Niterói criada pela Lei Provincial de 4 de abril de 1835 contou com 21 alunos em seu primeiro ano de funcionamento. A educação nessa Escola Normal era para homens que depois de formados em um curso que durava dois anos poderiam lecionar no Ensino Primário. Com o tempo as províncias foram inaugurando suas Escolas Normais, sendo: 1836 fundada a Escola Normal da Bahia; em 1839 a Escola Normal do Pará; em 1840 a Escola Normal do Maranhão; em 1845 a Escola Normal do Ceará; em 1846 a Escola Normal de São Paulo; em 1854 a Escola Normal da Paraíba; em 1865 as Escolas Normais de Pernambuco e do Piauí; em 1870 a Escola Normal do Rio Grande do Sul e em 1882 a Escola Normal de Goiás. (MENDES SOBRINHO, 1998)

Essas escolas surgem com o intuito de formar os profissionais necessários que estavam em falta para o ensino primário, sendo uma forma administrativa de homogeneizar a educação no Brasil. Os alunos que cursavam eram, em sua maioria, homens advindos de famílias abastadas, sendo restrita a entrada de mulheres.

O crescimento linear da criação das Escolas Normais se dá na década 1880, onde o número de Escolas Normais passa de 4 em 1867 para 22 em 1883. A educação para mulheres sofre uma mudança a partir de 1879 com a Lei Leôncio de Carvalho, onde o ensino misto (escolas mistas) é aplicado nas escolas primárias com crianças de até 10 anos. Após essa abertura para que as mulheres estudassem, a Escola Normal da Bahia é a primeira, segundo Lima (2004) a permitir a entrada de mulheres, exemplo seguido, vagarosamente, pelas demais Escolas Normais.

A carreira de professor nasce mal remunerada e masculina, e as mulheres, como consequência de seu processo de socialização na perspectiva de gênero, assumem esta tarefa no sentido jesuítico, ou seja, de trabalho missionário. (LIMA, 2004, p.123)

O Curso Normal, então se torna cada vez mais feminino, onde os homens iam cursar o ensino superior, negando o ensino nas Escolas Normais e às mulheres era delegado o Curso Normal com o mesmo peso de um curso de graduação para os homens.

O Curso Normal, como veremos, era muito requisitado por moças pedritenses e visto com muito bons olhos pela sociedade. Esse fator é explicado por Almeida (1998), quando aborda o fato de que a mulher era criada e vivia apenas para ser uma boa mãe e dona de casa.

As mulheres tiveram uma grande luta para não se conformarem com este papel que lhes era imposto pela sociedade e, foi através do Curso Normal que elas encontraram uma maneira de exercer uma profissão remunerada.

Além do mais, estas mulheres, futuras professoras, desempenhariam autoridade apenas dentro de suas salas de aula, pois em casa ainda deviam ser obedientes aos maridos, cuidar da casa e mantê-la em ordem, em quaisquer circunstâncias e serem, acima de tudo, excelentes mães.

Esse era o tipo de mentalidade contra a qual as mulheres tinham de lutar ou conformar-se para viver em sociedade. Mentalidades vindas de meios intelectuais esclarecidos e aceitas como máximas de verdade e bom senso. Situa-se aí a extrema ambiguidade da posição feminina a respeito de trabalho e instrução, representada pelo *equilíbrio entre a condição desejável e a possível de se obter*. O Magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir esse equilíbrio. Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. (ALMEIDA, 1998, p. 31)

O Curso Normal, mais tarde, passou a chamar-se Magistério, devido à reforma instituída em 1971, que segundo Saviani (1997) se dá em decorrência ao golpe militar de 1964, que fez com que ocorressem algumas adequações no sistema educacional devido a algumas mudanças na legislação do ensino.

O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a Lei n. 5.692/71 (BRASIL, 1971) modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do Magistério de 1º grau (HEM). Pelo Parecer n. 349/72 (BRASIL-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a Habilitação Específica do Magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao Magistério até a 6ª série do 1º grau. (SAVIANI, 1997, p. 8)

O Magistério funcionou na Escola Nossa Senhora do Horto até o ano de 1997, fazendo com que eu não tivesse a oportunidade de fazer parte desta instituição e adquirir seus ensinamentos didáticos e pedagógicos como auxílio em

meu futuro desempenho como professora, o que gerou em mim um profundo interesse em incorporar de alguma forma esses ensinamentos através do relato de mulheres que foram normalistas da citada escola em diferentes décadas.

Tomando como base o que diz Almeida (1998, p. 200): *Os depoimentos das professoras permitiram escrever fragmentos de sua história e da história da sua profissão.*

Este trabalho foi pensado para descobrir através de relatos de normalistas um entendimento, uma visão, um espelhamento no sentido do que é ser ou tornar-se professor, como aponta Freitas (2000, p. 27), quando diz que: *ao trabalharmos com a memória de um tempo vivido por professoras aposentadas, desvelamos o passado, refletimos sobre o presente, pensando um outro futuro.*

De acordo com os propósitos desta pesquisa, o tipo de entrevista escolhido a ser realizado é o de história de vida, que tem como foco principal o indivíduo entrevistado e sua história de vida incluindo sua trajetória desde a infância até o momento atual de sua fala, para isso tomamos como guia Alberti (2004).

Através da história oral chegaremos até a história de memórias, que nada mais é que uma representação do passado. Dessa forma, Alberti (2004) defende que a constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade.

Pelas histórias de vida que serão contadas pelas normalistas entrevistadas formamos um processo de construção de identidades pessoais e profissionais destas mulheres, com base em Nóvoa (1992, p. 16), que nos diz:

Mesmo nos tempos áureos da racionalização e da uniformização, cada um continuou a produzir no mais íntimo a sua maneira de ser professor. Neste sentido, a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneira de ser e de estar na profissão. Por isso é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor.

Como podemos perceber, o processo que formará essa identidade docente é perpassado por inúmeros fatores como a questão da mulher, do profissionalismo e do lugar delegado a elas dentro da sociedade.

3.- A ESCOLA NOSSA SENHORA DO HORTO

A Escola Nossa Senhora do Horto surge em Dom Pedrito através da Congregação católica das Irmãs do Horto. De acordo com Abatti (1986): *A primeira província a ser oficialmente criada no Instituto foi a Província de Montevideo, instituída pelo Decreto da Sagrada Congregação dos religiosos, em 12 de agosto de 1860.*

Ao serem expulsas pelo governo Uruguaio as Irmãs do Horto partem na década de 1900 para países limítrofes, onde em 1908 fundam em Dom Pedrito uma escola e no ano seguinte fundam outra escola em Uruguaiana, onde, também, administraram a Santa Casa do local.

De acordo com Abatti (1986), a ida das Irmãs para Dom Pedrito ocorre após o envio da carta de Coronel Longuinho que cede sua casa para que as irmãs durmam enquanto arrumavam um local para fundar a escola e começassem a educação das crianças e, em especial das jovens das famílias abastadas da cidade.

Por volta de 1909-10, funcionavam, na sede, 8 escolas municipais, 5 escolas estaduais (2 mistas, masculina e feminina), ainda o Ateneu e, naturalmente, o Colégio das Irmãs de Nossa Senhora do Horto. (ABATTI, 1986, p.37)

A inauguração do Colégio onde as Irmãs lecionariam atrasa em um mês devido à greve dos ferroviários uruguaiois, veículo que transportou os móveis necessários para o início das aulas que inauguram em 3 de maio de 1908. Até 1910 as aulas ocorriam em locais alugados pelas Irmãs que compram um terreno e começam a construir o que hoje é a Escola Nossa Senhora do Horto.

As filhas de Gianelli, ao inaugurar o colégio, assumiam, com a comunidade eclesial, com a comunidade pedritense, o compromisso de educar seus filhos, nos princípios evangélicos e preconizados pelo carisma próprio da Instituição. (ABATTI, 1986, p.53)

A escola, como podemos observar, na afirmação de Abatti, surge com o objetivo de proporcionar à comunidade pedritense uma educação pautada na moral e nos bons costumes da religião católica. Quando inaugura possui 12 alunos e 34 alunas que possuem recreios separados: os primeiros 15 min para os meninos e outros 15 min para o recreio das meninas.

3.1. - Curso Elementar e Ginásial

Desde o começo de funcionamento em 1908 a Escola Nossa Senhora do Horto contava apenas com o Curso Elementar que continha disciplinas de língua portuguesa, matemática, história e para as mulheres costura e pintura, bem como música. Após em 1929 é criado o Curso Ginásial na escola.

Desse período, os nomes que aparecem nas páginas da história da escola recolhidas por Abatti (1986) citam o ensino rigoroso das Irmãs que lecionavam na escola as diversas disciplinas mais as aulas religiosas. Dentre esses nomes aparece Irmã Amélia Marletto que foi diretora da escola, formada, de acordo com Abatti, graduada pela escola de Buenos Aires que lecionava no programa do Curso Elementar.

Outra professora que terá espaço importante na escola e, posteriormente, na sociedade pedritense é Heloísa Sarmiento Louzada, formada na cidade vizinha de Bagé que lecionava na escola ao lado das Irmãs as disciplinas do Curso Elementar.

Em agosto de 1930, a Escola Nossa Senhora do Horto foi equiparada às escolas Complementares do Estado, para formar Alunas-Mestras, pelo Decreto nº 3927, de dezembro de 1927, de acordo com o artigo 110 do Regulamento do Ensino Normal do Rio Grande do Sul, aprovado pelo Decreto 4277 de março de 1929. (ABATTI, 1986, p. 125)

Aos poucos a Escola vai se tornando importante para a comunidade, responsabilizando-se pela educação de meninas das famílias pedritenses e formando Alunas-Mestras aptas a lecionarem nas escolas existentes no município. Essa validação dos diplomas das formandas da escola pelo estado do Rio Grande do Sul faz com que muitas alunas de cidades vizinhas mudem-se para Dom Pedrito para estudar.

O curso ginásial inicia em 1943 reconhecido pela inspeção da Portaria Ministerial nº 00405 de 30 de agosto de 1944. Após, em 1947 a Escola Nossa Senhora do Horto tornar-se-á a Escola Normal, implantando o Curso Normal para as suas estudantes já sob direção da Irmã Maria Amélia Marletto.

3.2. - A primeira Escola Normal de Dom Pedrito-RS: Escola Normal Nossa Senhora do Horto

A primeira Escola Normal na cidade de Dom Pedrito será a Escola Nossa Senhora do Horto que implementará o Curso Normal em 1947.

Em 1947, pelo Decreto nº 2329, de 19/03/47 era criado o Curso de Formação de Professores Primários, conhecido como Curso Normal. Em março, abria-se o “Livro de Exame Vestibular do Curso da Escola Normal Nossa Senhora do Horto de Dom Pedrito”. (ABATTI, 1986, p.144)

O Curso Normal receberá meninas das famílias da sociedade pedritense e de cidades vizinhas que para serem admitidas ao curso prestavam um vestibular. O Curso Normal, mudando a nomenclatura em função da Lei 5.692/1971 tornando-se Curso de Habilitação em Magistério, perdurará até 1997 quando, então, o curso será extinto da escola.

De acordo com Abatti até o ano de 1959 a escola contará com 804 alunas em suas respectivas séries frequentando o Curso Normal na escola com duração de três anos. Nesse período o número de alunas egressas chegara a 241. Alguns anos depois, o curso terá de duração de três e anos e meio com o acréscimo de seis meses para os estágios das normalistas.

Após, em 1961 será criada a Aula Gianelli onde as alunas do Curso Normal deveriam dar aula aos alunos da escola da 5ª série do curso primário recebendo uma nota por sua prática, o que hoje chamamos de estágio de docência.

4. - BUSCANDO MEMÓRIAS COLETIVAS ATRAVÉS DE MEMÓRIAS INDIVIDUAIS

As perguntas que conduziram as entrevistas foram perguntas abertas, bem como outras perguntas que surgiram ao longo das entrevistas. Do roteiro de perguntas foram elaboradas 22 (vinte e duas) perguntas que sondaram a importância de ser uma normalista ou estudante do curso do Magistério na Escola Nossa Senhora do Horto, a uniformização e a entrada no mercado de trabalho dessas alunas egressas, bem como a origem familiar dessas alunas e suas colegas.

Outro ponto que buscamos compreender foi, na visão das entrevistadas, o porquê da extinção do curso em 1997. Compreendendo que o Curso Normal será instaurado em Dom Pedrito apenas em meados da década de 1940 e que o curso, dessa forma, já trazia a forte característica feminina, bem como sendo a Escola Nossa Senhora do Horto uma escola voltada à educação das mulheres, podemos perceber nas memórias individuais de cada entrevistada os processos de formação identitária da profissão docente.

Decidimos entrevistar uma aluna egressa da primeira turma do Curso Normal da Escola Nossa Senhora do Horto no ano de 1949; uma aluna egressa do Curso Normal do ano de 1959; uma aluna do Curso Normal em transição para o Curso do Magistério que se formou em 1974; uma aluna egressa do curso do Magistério em 1980 e uma aluna egressa da última turma do curso do Magistério em 1997 na Escola Nossa Senhora do Horto.

As entrevistas ocorreram entre os meses de agosto e setembro de 2016 e, para que as entrevistadas ficassem mais à vontade para responderem às perguntas, foram realizadas na casa de cada entrevistada em horário combinado. Todas as entrevistadas assinaram o termo de consentimento, permitindo a divulgação de suas entrevistas.

1. Estudantes Egressas do Curso Normal/Magistério

Nome	Idade	Curso	Período	Atuação docente	Aposentada
Maria do Horto Torres Menna	87	Normal	1947-1949	Sim/ Alfabetização	Desde 1982
Maria Iara Leite Meireles	77	Normal	1957-1959	Sim / Alfabetização	Desde 1983
Elida Simões Rodrigues	61	Normal	1971-1974	Sim/ Ensino Fundamental	Desde 2005
Maria Helena Rodrigues de Abreu	55	Magistério	1977-1980	Sim/ Alfabetização	Desde 2011
Dirlene Felice	38	Magistério	1994-1997	Não	Não

Fonte: Dados da pesquisadora obtidos através de entrevistas.

4.1. - Memórias individuais de Maria do Horto

A primeira entrevistada é a professora aposentada Maria do Horto Torres Menna que cursou o Normal entre 1947 e 1949, sendo a primeira turma de alunas egressas do curso na Escola Nossa Senhora do Horto. A lembrança que mais marca a fala de Maria do Horto é a constante presença da Irmã Amélia Marletto que, dentre outras coisas, influencia sua entrada gratuita na escola e, conseqüentemente, no Curso Normal. Maria do Horto nos conta que seu nome, Maria do Horto, foi uma escolha da irmã.

Ao ser perguntada se cursar o Curso Normal foi escolha ou imposição, nossa entrevistada responde que foi escolha sua, mas influenciada pela Irmã, diretora na época e que compôs a primeira banca de admissão das alunas ao curso. É importante salientarmos que já nessa época o Curso Normal, recém-inaugurado na cidade, possuía a característica que veremos demarcada nesse trabalho: um curso restritamente feminino, delegado às mulheres e, ainda mais, para moças solteiras.

Dos saberes e fazeres específicos das normalistas, Maria do Horto, relembra da rigidez das Irmãs que davam aula, entre elas, a professora Heloísa Sarmiento Louzada, figura importante na história da cidade de Dom Pedrito, sendo reconhecida anos depois ao ter uma escola com seu nome. Dos deveres religiosos havia toda semana uma aula ministrada ora pelas irmãs, ora pelo pároco responsável pela paróquia sobre o catolicismo, bem como a ida diária à missa.

O significado de ser normalista para Maria do Horto é o início de ser professora. Ela, ainda, recorda do uniforme de saia pregueada acima do joelho, azul, a gravata azul e a camisa branca com as iniciais E. N. (Escola Normal). Para ela ser normalista ou mesmo estudante da escola não trazia nenhum *status*, mas as normalistas eram vistas com bons olhos para suas famílias e a sociedade pedritense.

Maria do Horto nos contou que cursou o primeiro ano do Curso Normal em Bagé e em comparação com o Curso Normal da Escola Nossa Senhora do Horto concluiu que as Irmãs Gianellinas eram bem mais rígidas em suas aulas. O Curso Normal durava três anos com o acréscimo de mais seis meses em que as normalistas ficavam responsáveis pela aula Gianelli (fundador da ordenação das Irmãs de Nossa Senhora do Horto) destinada aos alunos de baixa renda que cursavam o Ginásio, o que hoje seriam as séries iniciais.

No meio da entrevista Maria do Horto salienta que em sua época, a Escola Nossa Senhora do Horto era destinada à educação das meninas, separada da educação masculina, em que a Escola Nossa Senhora do Patrocínio era a responsável. Após, as turmas do Ginásio começam a se tornar mistas, contudo o Curso Normal seguirá destinado às meninas e procurado por elas.

A turma em que estudou era composta de 13 (treze) meninas que após concluírem o curso estavam empregadas nas escolas de cidades que necessitavam de professoras, ou seja, a entrada no mercado de trabalho, nessa época, foi facilitada pela falta de professoras formadas na região.

Ao questionarmos Maria do Horto sobre o que constitui a identidade de uma professora, ela elenca como requisito básico gostar de trabalhar com crianças, tendo uma relação amistosa com elas. Nossa entrevistada também acredita que sua escolha foi influenciada por ser uma das únicas alternativas de seguir os estudos por ser mulher.

Como professora, acredita que a educação mudou bastante desde quando lecionava, onde, segundo ela, os professores eram mais respeitados e os alunos mais disciplinados e educados. Hoje, não sabe se escolheria ser professora novamente, pois em sua época ser professora representava *status* e respeito dentro da sociedade onde estava inserida.

4.2.- Memórias individuais de Maria lara

Nossa segunda entrevistada é a professora aposentada Maria lara Leite Meireles, 77 anos que foi aluna do Curso Normal de 1957 a 1959, especializando-se depois de formada em Santa Maria-RS, retornando ao município e aposentando-se em 1983.

Ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a escolher o Curso Normal, Maria lara nos responde que foi por idealismo e explica: “*Sempre achei ser professora uma coisa muito bonita, desde quando eu estudava no ginásio, até ajudava a Irmã de Lourdes a cuidar da turma Jardim do Horto. Por isso que eu te digo, era o meu ideal*”.

Ao perder sua mãe, Maria lara com nove anos é matriculada no internato das Irmãs, pois seu pai temia pela sua educação, bem como uma tia que residia em Bagé. Ela nos relata que se tornar interna foi uma imposição, mas a escolha por prestar o vestibular para o Curso Normal foi sua pelo sonho de ser professora.

Já no começo da entrevista, Maria lara vai respondendo perguntas posteriores, muito solícita, vai buscando em suas memórias a importância de ser uma normalista e posteriormente uma professora. Ela nos conta que as professoras, desde o ginásio, gostavam muito dela por ela apresentar um espírito de liderança, sendo solícita em tudo que se dispunha fazer. Desde peças de teatro quando aluna à criação do Clube de Mães no Instituto Bernardino Ângelo, onde lecionou.

A frase de sua fala que nos marca e que permeia toda a entrevista é quando Maria lara diz: “*A professora tinha que ser valorizada, porque todas as outras profissões, todos os seres humanos passam por ela*”. Essa frase aparece no meio da terceira pergunta quando é questionada sobre sua escolha e reaparecerá mais a frente quando Maria lara comparará a educação de sua época com a atual.

Formada em 1959, casa-se com prof. Antero Meireles, figura importante nas páginas da história da educação de Dom Pedrito, vai para Santa Maria onde cursa uma especialização em Educação em séries iniciais, frisando que não fora uma graduação, mas uma especialização. Retorna à Dom Pedrito e é logo inserida no mercado de trabalho por ser a única professora especializada na cidade. Funda o **Clube de Mães** na escola e com a ajuda desse clube, bem como a coleta e venda de materiais recicláveis, constroem no Instituto de Educação Bernardino Ângelo o

primeiro Jardim gratuito na cidade, contando com sala de fantoches, sala de vídeo, entre outros recursos pedagógicos.

Sobre os saberes e fazeres de uma normalista Maria lara nos conta que além das disciplinas como língua portuguesa, matemática, história e outras, as normalistas tinham como matéria a confecção de croquis, costura, pintura e bordado. Ela nos relata que seu enxoval foi todo confeccionado na escola no período em que, como interna, ficava cosendo nos finais de semana, pois seu pai morava na zona rural e não tinha como levá-la todas as semanas para a “*campanha*”, como nos relata. O nome da professora Heloísa Sarmiento Louzada é citado novamente, Maria lara nos conta que ela pedia para as meninas darem uma volta nos arredores da escola por um determinado tempo e após seu retorno escreverem uma redação sobre o que haviam visto.

Sobre a religião católica, havia uma aula por semana, contudo, para Maria lara, havia a liberdade de não ser católica, afirmação que deixa em dúvida ao falar do cotidiano de estudante normalista. A única obrigação das normalistas era, além de frequentar as aulas, estudar durante 4 (quatro) horas diariamente.

Ao falar de seu cotidiano como interna e, talvez, essa obrigação se aplique não às normalistas, mas às meninas do pensionato, Maria lara recorda que todas acordavam às 5h para tomar banho e arrumar a cama, descendo às 6h, diariamente, para a missa. Nessa época, Dom Pedrito contava com sete padres, advindos da ordenação dos Capuchinhos que construíram a Santa Casa e a Escola Nossa Senhora do Patrocínio. Após a missa, tomavam café e iam para a aula.

A culinária não era uma disciplina e, portanto, não era preciso saber, mas Maria lara nos conta que por duas ou três vezes ela e outra colega pediram às Irmãs para fazerem o almoço, mudando o cardápio. Em uma dessas vezes, nos conta rindo, escolheram cozinhar bife e batata frita para as meninas e que essa escolha não seria feita se soubessem que demoraria tanto. Esse fato demonstra o espírito de líder que leva Maria lara a escolher a profissão.

Ao questionarmos nossa entrevistada sobre o que representava ser normalista ela nos responde que tudo. O Curso Normal era composto apenas de meninas, nessa época a escola já mantinha as turmas de Ginásio mistas. Maria lara relata que a aula Gianelli que recebia as crianças carentes, gratuitamente, não existe hoje e que, em sua opinião, precisamos de seu retorno. Essa aula era atendida pelas normalistas como estágio.

Ser normalista na cidade de Dom Pedrito representava *status* pelo respeito e prestígio da sociedade tanto para com as normalistas como para com as professoras que em comparação com mulheres que não seguiam a carreira eram mais aceitas nos círculos sociais. Percebemos como a profissão docente representou uma abertura social para as mulheres frequentarem espaços antes interditos para elas.

O uniforme era de uso obrigatório e utilizado apenas na aula, como Maria lara era interna não recorda se o uso de uniforme fora da escola causava algum prestígio. A saia pregueada um pouco abaixo do joelho, os sapatos pretos, a gravata azul e a camisa com as iniciais ainda constituíam a representação das normalistas que provinham da região rural e de outras cidades como Bagé e Quaraí.

Há na turma de Maria lara a presença incomum de uma aluna casada e com filhos que foi aceita no Curso Normal. A relação das outras alunas era de compreensão e ajuda já que essa aluna tinha os deveres da casa, filhos e marido. As famílias viam com ótimos olhos as normalistas e tinham orgulho em ter uma na família, pois era o mais alto grau de instrução educacional que uma mulher poderia alcançar na época. Maria lara encerra essa pergunta ao afirmar que: “*As mulheres naquela época eram muito reprimidas*”.

Interessante ressaltarmos que ao formarem-se no Curso Normal, receber o anel de formatura era, e ainda hoje há esse ritual mesmo que pouco prestigiado, importante para as estudantes egressas. Maria lara nos relata que foi difícil, com “*muito sacrifício*” que seu pai conseguiu comprar o anel e mantê-la na escola particular. A entrada no Curso Normal era um vestibular com questões de português, matemática, conhecimentos gerais e redação.

Ao perguntarmos se por ser mulher o fato da escolha profissional influenciou, Maria lara responde que sim e que a profissão demanda um afeto materno e que esse seria um dos motivos para que os cursos normais fossem restritamente femininos. Podemos perceber como essa caracterização da profissão docente permeia, até hoje, quando falamos em alfabetização, onde os cursos de graduação são massivamente femininos. Para ela a identidade docente demanda dedicação e responsabilidade, afirmando que na escolha não se deve pesar a questão financeira.

Para Maria lara, o curso do Magistério foi extinto da escola por dois claros motivos: o alto preço do curso na escola que concorria com o curso gratuito do Magistério do Instituto Bernardino Ângelo e o desprestígio da profissão que com o tempo, além dos baixos salários perde sua importância social.

4.3. - Memórias individuais de Elida

Elida Simões Rodrigues estudou na Escola Nossa Senhora do Horto em um período de transição, onde o Curso Normal adequava-se à nova nomenclatura advinda da Lei 5692/71 para Habilitação em Magistério. Formada em 1974, não leciona para as séries iniciais, mas sim como professora de educação física, profissão em que se aposentará em 2005.

Ao questionarmos Elida sobre os motivos que a levaram a cursar o Curso, ainda, Normal, ela nos responde que cursar o Normal era uma maneira de ter uma profissão, pois ao se formar já podia dar aula. A turma, nessa época era grande constituída de mais de quarenta normalistas que foram, no último ano, divididas em duas para aplicarem suas atividades na aula Gianelli.

Elida afirma que sua escolha por prestar o vestibular e ingressar no Curso Normal não lhe foi imposta e que sua decisão partiu de ter uma profissão antes da graduação. Após formada, Elida cursará educação física, sendo nomeada pelo estado e aposentando-se como professora de educação física, não lecionando para as séries iniciais.

Sobre os saberes e fazeres de uma normalista, Elida destaca a obrigatoriedade de estudar e participar dos projetos sociais que a escola mantinha. Inclusive, recorda que havia seminaristas que vinham de outras localidades e países, como da Inglaterra, dar palestras sobre a religião católica e fazer alguns trabalhos com as normalistas.

A entrada no Curso Normal exigia que as meninas prestassem um vestibular, onde muitas não conseguiam passar visto a complexidade da prova. Havia, já nessa época, algumas bolsas de estudo para algumas alunas que não podiam pagar as mensalidades e que em troca prestavam serviços à escola e outras que a prefeitura de Dom Pedrito arcava com as mensalidades, fato interessante, pois demonstra a importância do curso para a sociedade pedritense.

Elida concorda que ser normalista dava *status*, recordando que quando saíam na rua de uniforme: o mesmo de saia pregueada azul, sapato preto, gravata e camisa branca com as iniciais E. N. (Escola Normal) dobravam o cós da saia para encurtá-la. Já nessa época era permitido o uso 4 (quatro) dedos acima do joelho medido pela Irmã Amélia Laus na entrada. O prestígio por ser normalista e,

consequentemente, professora ainda se mantinha, sendo que o desprestígio começa pela mudança advinda da Lei 5692/71 que torna o Curso Normal uma das possibilidades de curso técnico e não mais a representação profissional de graduação que o Curso Normal tinha.

As normalistas que estudavam nessa época ainda provinham, em sua maioria, da zona rural e a visão das famílias era de realização e orgulho de terem suas filhas como normalistas. Para as meninas que passavam no vestibular a maior alegria era a certeza de que iriam se formar prontas para entrarem no mercado de trabalho, o que na época expandia-se com as escolas estaduais e municipais.

Ao perguntarmos sobre a presença de meninos no Curso Normal, Elida nos responde que, mesmo as turmas de ginásio da escola sendo abertas para as matrículas de meninos, a entrada desses alunos no Curso Normal não era permitida.

Outra questão perguntada foi se por ser mulher a escolha pelo curso fora influenciada e a entrevistada responde que sim, pois “*porque não pensei em outra profissão que não professora, só podia fazer aquilo*”. Essa afirmativa corrobora para pensarmos de que forma a identidade docente foi constituída e que essa visão de profissão feminina ainda persevera. Ainda, para Elida, ser professora é uma vocação. Entre as características identitárias que elenca cita saber conviver de forma amistosa com os alunos, transmitir o conhecimento da melhor maneira possível e o respeito mútuo.

Na visão de nossa entrevistada a Escola Nossa Senhora do Horto, nos dias atuais, manteve apenas o *status* de tempos atrás, sendo que sua educação não se manteve com a mesma qualidade. Sobre a extinção do curso do Magistério, Elida elenca como um dos motivos do curso ter fechado a questão financeira e a desvalorização da profissão no sentido de baixos salários e desprestígio social.

Sua entrada no mercado de trabalho como professora se deu de forma rápida, contudo não lecionou para as séries iniciais, começando como professora de educação física na rede estadual onde se aposentou. Fazendo um comparativo entre os anos que estudou e lecionou aos dias de hoje, Elida nos relata que para ela a educação regrediu muito, bem como os alunos que não respeitam mais o professor, além do ensino cada vez menos rígido.

Ao final questionada se hoje escolheria a mesma profissão, Elida nos responde que hoje em dia com a abertura do leque de opções profissionais para as

mulheres não escolheria ser professora, sendo que o que mais pesaria em sua escolha, hoje em dia, seriam os baixos salários.

4.4. - Memórias individuais de Maria Helena

A professora aposentada Maria Helena Rodrigues de Abreu, 55 anos, estudou na escola já no Magistério entre os anos 1977 a 1980. As motivações que a levaram a escolher o curso foram o gosto pela profissão docente e o que ela acredita ser sua vocação. Dessa forma, não foi imposição ou influência de ninguém de sua família ou mesmo da sociedade, mas sua escolha.

Sobre os saberes e deveres de uma estudante do curso do Magistério da Escola Nossa Senhora do Horto, as alunas além das disciplinas, tinham na aula de educação religiosa os saberes da religião católica, Maria Helena acredita que esse caso está ligado ao fato da escola ser de cunho católico. Ainda, eram obrigações das alunas participarem de projetos sociais desenvolvidos pela escola.

Para Maria Helena formar-se no Magistério representou a realização de um sonho, bem como para sua família motivo de orgulho em ter uma professora. Além de ser um *status*, pois: “*a profissão de professora era importante naquela época*”. Sobre o uniforme, ainda constituído de saia, gravata e camisa, Maria Helena confessa que não gostava de usá-lo e que as meninas ainda “*torciam a saia*” para deixá-las mais curta. Nesta época já era permitido à troca da saia por calça da mesma cor da saia, azul. Esse uniforme era o que despertava a atenção da sociedade pedritense e o orgulho das famílias que tinham suas filhas matriculadas na escola.

Maria Helena recorda que suas colegas provinham todas da zona urbana e que as internas haviam diminuído contando com bem poucas estudantes do internato. As turmas eram apenas de meninas e os meninos não podiam prestar o vestibular. Maria Helena acredita também que não haviam meninos pelas inúmeras oportunidades que eles tinham, bem como o Magistério ser visto pela sociedade como uma profissão para mulheres.

Fazendo um comparativo da educação na escola, Maria Helena acredita que a educação na escola mudou muito, contudo mantêm um índice de qualidade que favorece sua existência, bem como *status*. Uns dos motivos que levaram à extinção

do curso do Magistério estão a baixa procura pelo curso, por haver mais opções profissionais para as mulheres e as desvalorização da profissão.

Ao ser perguntada como começou a lecionar, Maria Helena conta que assim que se formou conseguiu um contrato pelo município e após fez concurso e passou para dar aula no estado, sempre para séries iniciais. Para ela a profissão docente é vocação e o que constitui a identidade de uma professora é segundo suas palavras: *“Amor pelo que faz, pelo trabalho, pelos alunos”*.

Apesar da desvalorização da profissão docente, bem como o desprestígio e desrespeito com os professores atualmente, Maria Helena se tivesse a oportunidade de mudar, escolheria a profissão da mesma forma.

4.5. - Memórias individuais de Dirlene

Dirlene Felice, 38 anos, fez parte da última turma do curso do Magistério na Escola Nossa Senhora do Horto, em 1997. Ela não chegou a lecionar, graduando-se em matemática após ter concluído o Magistério.

Sobre a escolha para cursar o Magistério, Dirlene afirma que foi uma escolha sua que não foi influenciada pela sociedade ou pela família. Sobre os saberes e fazeres, a única imposição da escola era participar da novena de Nossa Senhora do Horto e do desfile cívico de 7 de setembro.

Ao ser perguntada o que significava ser aluna do Magistério, Dirlene responde que apenas terminar o segundo grau, pois não cursou o Magistério com a intenção de lecionar. A escolha deu-se, apenas, para continuar seus estudos na escola. Nesse período o vestibular fora abolido, quem quisesse cursar, pagando as mensalidades do curso era só matricular-se.

Sobre a importância, nossa entrevistada já dissera que não havia uma importância em ser estudante do curso do Magistério, apenas certa importância no fato de serem alunas da Escola Nossa Senhora do Horto. O uniforme não era de uso obrigatório e a camisa com as iniciais E. N. (Escola Normal) que caracterizava as normalistas fora substituída pela camiseta.

Das colegas recorda que eram todas da cidade e que algumas que eram bolsistas adivinham de outras escolas e de famílias de baixa renda. Sobre a visão das famílias e da sociedade o olhar para essas alunas era indiferente, pois a

profissão e o curso foram perdendo o prestígio de anos atrás, inclusive era visto por algumas pessoas com certo preconceito.

Sua turma era composta por uma média de 40 (quarenta) meninas e a entrada de meninos já era aceita, contudo não havia nenhum em sua turma. Dirlene acredita que os meninos que escolhem dar aula para as séries iniciais são vistos com maus olhos pela sociedade atual e que esse seria um dos motivos pela baixa procura.

Dirlene, ainda, acredita que por ser mulher a escolha por cursar o Magistério foi influenciada, corroborando para a característica feminina da profissão. Nossa entrevistada frisa que a escola perdeu muito seu prestígio e qualidade, mantendo apenas um *status* e que é procurada hoje pela segurança que passa aos pais.

Para Dirlene, um dos fatos que fez com que o curso fosse extinto foi a desvalorização da profissão. Mesmo assim, acredita que professor é uma vocação, pois não é qualquer indivíduo que consegue transmitir conhecimento.

A entrevista encerra-se com um pequeno parâmetro comparativo que Dirlene faz sobre a importância da profissão, onde afirma que “*O professor era um pai, uma mãe e hoje em dia é um a mais*”, ressaltando o desprestígio e desrespeito para com a profissão.

4.6. - A Colcha de Retalhos do Horto: O cruzamento das memórias individuais na busca da memória coletiva de professoras

Analisando as entrevistas notamos que há uma diferença gradativa no que diz respeito à importância de ser uma normalista para uma estudante do magistério. A primeira é vista pela sociedade com bons olhos e com orgulho pela família, com o tempo essa visão vai se modificando até chegar à indiferença, como percebemos com a fala de Dirlene.

Esse menosprezo ao curso reflete o desprestígio da profissão docente, fato este que contribui para que a profissão docente seja vista cada dia mais, com maus olhos, afastando tanto mulheres quanto homens de seguirem essa carreira profissional. Outro fator que influencia a formação identitária da profissão docente é sua forte característica feminina, onde, como podemos observar, era uma característica que oferecia à mulher acesso aos círculos sociais públicos, restritos às mulheres casadas.

Das cinco entrevistadas, nenhuma afirma ter sido imposta a cursar o Curso Normal/Magistério, sendo escolha delas, contudo há nas estudantes egressas do Curso Normal uma influência por serem mulheres. Na época de suas escolhas por prestarem o vestibular foram influenciadas pelas famílias, pelo gênero, como já dissemos e, em especial, Maria do Horto pela diretora de sua época. Ao questionarmos se hoje, nossas entrevistadas escolheriam novamente cursar o magistério, Maria do Horto, Maria Iara e Elida pensam que talvez sim, enquanto que Maria Helena afirma que faria a mesma escolha e Dirlene que não escolheria cursar o Magistério se tivesse que escolher atualmente.

Sobre os saberes e fazeres de uma estudante da Escola Nossa Senhora do Horto estavam, além das disciplinas, a obrigação de comparecer nas missas e, em especial, à novena atual dedicada a Nossa Senhora do Horto. Quando normalistas pintar, bordar e costurar eram deveres disciplinares e constavam como disciplina ao lado de matemática e língua portuguesa. Essa questão era um dos objetivos da educação feminina que educava as jovens estudantes para serem mães. Alguns nomes daqueles anos de Curso Normal repetem-se como o da professora Heloísa Sarmiento Louzada e a Irmã Amélia Marletto, influenciadora de Maria do Horto que estudou gratuitamente com a ajuda da irmã.

Ser estudante do Curso Normal representava um *status* e respeito dessas estudantes advindas, em sua maioria, da zona rural da cidade de Dom Pedrito-RS, essa importância perde-se após o Curso Normal tornar-se Habilitação em Magistério. Ao questionarmos a importância de se tornar uma normalista, passando pelo vestibular de admissão, nossas entrevistadas respondem que tanto para a sociedade quanto para as famílias era orgulho e felicidade ter não só uma normalista na família, mas, posteriormente, uma professora. A profissão docente, mesmo já recebendo baixos salários, era das poucas profissões possíveis na época para as mulheres, essa profissão, além de *status* permitia que as mulheres frequentassem os círculos sociais da cidade.

Um ponto interessante para pensarmos a importância de ser, em suas épocas com exceção de Dirlene, estudante do Curso Normal/Magistério era o uso do uniforme constituído de sapatos pretos, saia pregueada, gravata e camisa com as iniciais E. N. (Escola Normal). Nas épocas de Maria do Horto (1949) e Maria Iara (1959) a saia deveria estar abaixo dos joelhos, além do uniforme ser usado apenas para as aulas, esse fato, como podemos notar, ocorria por ambas serem estudantes

internas. Já nas épocas de Elida (1974) e Maria Helena (1980) era permitido o uso da sai 4 (quatro) dedos acima dos joelhos medidos diariamente pela Irmã Amélia Laus. No caso de Dirlene (1997), integrante da última turma do Magistério na Escola Nossa Senhora do Horto, a obrigatoriedade do uso do uniforme ia até a 8ª série (atual 9º ano), sendo que as estudantes usavam calça jeans escura e camiseta branca ou azul marinho.

Ao perguntarmos sobre os fatores que fizeram com que o Curso do Magistério fosse extinto na escola, percebemos como as respostas convergem, pois entre os fatores que levaram à sua extinção está, como citada pelas cinco entrevistadas, o desprestígio que a profissão docente possui atualmente refletido nos baixos salários e as reformas ocorridas ao longo do tempo por parte dos governos, além da significativa mudança que ocorreu na criação e educação das crianças em relação a valores, respeito, etc. ocorridas no meio familiar e social. Outro fator foi o aumento de opções de escolha profissional para as mulheres que, antes, só poderiam optar por serem professoras. Ainda, como fator de extinção do curso está o alto custo do Curso do Magistério, atualmente Curso Normal, na Escola Nossa Senhora do Horto, esse fator pesa, ainda mais, ao termos um curso gratuito de Magistério em outra escola estadual do município de Dom Pedrito.

Questionando sobre a formação identitária da profissão docente, percebemos que são requisitos elencados pelas entrevistadas: o comprometimento e a responsabilidade que a profissão exige. Além disso, a ligação feminina que corrobora com a ideia de que a professora seria uma extensão da mãe, é citada pelas cinco entrevistadas. Essa característica feminina perdura até os dias de hoje.

Por fim, percebemos como uma profissão que começa como masculina e com baixos salários torna-se feminina e, ainda mais, desvalorizada com o passar dos anos. Percebemos, também, como as professoras são vistas como detentoras do saber e responsáveis por “transmitir conhecimento” como citam nossas entrevistadas. Esse ponto de vista que perdura, ainda hoje, em nada contribui para a (re) valorização da profissão, pois o conhecimento só pode ser construído junto com o aluno articulando seus conhecimentos prévios com os saberes propostos.

Como para Le Goff (2013, p.435): *A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva*, percebemos, através das falas de nossas entrevistadas a construção da identidade não apenas do sujeito mulher, mas também traços de formação identitária da profissão docente. Pensando

neste imbricamento entre ser professora e ser mulher, é que podemos refletir sobre os mecanismos de silenciamento dessas vozes femininas e, conseqüente, processo de desprestígio da profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os locais permitidos às mulheres e aos homens sempre foram diferentes. Enquanto aos homens era permitido o livre acesso aos meios sociais e públicos, às mulheres era destinado o espaço recôndito da casa. A educação masculina e, falando de Dom Pedrito-RS, é a primeira preocupação social, onde a construção da Escola Nossa Senhora do Patrocínio é muito anterior à inauguração da Escola Nossa Senhora do Horto.

Essas diferenças de gênero refletiam-se, também, na escolha profissional. Enquanto aos homens era permitido estudarem fora, seja nas capitais ou em outros países, escolhendo entre medicina e direito, às mulheres não havia a possibilidade de trabalhar. Com o tempo, há uma abertura para que as mulheres solteiras, de boa índole que soubessem bordar, pintar, costurar pudessem ser mestras de ensino.

Pensando nessas diferenças que marcaram a profissão docente como majoritariamente feminina foi que buscamos compreender os objetivos da Formação de Professoras Mulheres. Para tanto, optamos por uma pesquisa qualitativa e como coleta de dados entrevistamos cinco alunas egressas da Escola Nossa Senhora do Horto, primeira Escola Normal da cidade de Dom Pedrito. Essas alunas estudaram na escola entre 1949, a primeira turma formada do Curso Normal, 1959; 1974; 1980, já Habilitação em Magistério; e em 1997, ano em que o curso é extinto na escola.

A Escola Nossa Senhora do Horto na cidade de Dom Pedrito-RS surge como uma preocupação da sociedade pedritense em relação à educação das mulheres. O Coronel Longuinho, então, envia uma carta às Irmãs do Horto que se deslocam para Dom Pedrito em 1908. Na década de 1960, a escola começará a ter turmas mistas ginasiais, contudo o Curso Normal não admitia que homens, mesmo que quisessem, prestassem o vestibular de admissão. Portanto, pensar que uma escola dedicada à educação de mulheres, visa primeiramente formar professoras corroborando com a característica feminina da profissão que é vista nas séries iniciais como a tia.

A professora pode ter sobrinhos e por isso é tia da mesma forma que qualquer tia pode ensinar, pode ser professora, por isso, trabalhar com alunos. Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a *professora* em *tia* de seus alunos da mesma forma como uma *tia* qualquer não se converte em *professora* de seus sobrinhos só por ser tia deles. Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa *militância*, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser *tia* é viver uma relação de

parentesco. Ser *professora* implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. (FREIRE, 1997, p.9, grifos do autor)

Dessa forma, podemos concluir que a Formação de Professoras Mulheres na cidade de Dom Pedrito-RS é delegada a Escola Nossa Senhora do Horto pela sua filosofia religiosa de educar as jovens moças desde o Jardim até a profissionalização que, como podemos perceber até a década de 1970, era ser professora de séries iniciais.

Ao pensarmos que apenas uma das nossas entrevistadas afirma convictamente que escolheria cursar o Magistério e que, portanto, escolheria novamente a profissão docente demonstra como o leque de opções profissionais para as mulheres cresceu ao longo dos tempos. Esse fato, juntamente com outros já citados, contribui, ainda mais, para o esvaziamento das classes de Magistério que não é mais o grau máximo de estudo possível para as mulheres, contribuindo para um desprestígio, recorrente, da profissão docente e uma modificação dos processos de formação identitária.

REFERÊNCIAS

ABATTI, Amabile. **Nos caminhos do Horto**. Dom Pedrito: Copyright de Amabile Abatti, 1ª ed., 1986.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar – Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Editora Olha D'água. 1997.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP: 2000.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (org.) **Memórias de professoras: história e histórias**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Michael. **História oral: os riscos da inocência. O direito à memória**. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba: DAP, 2005.

JOULARD, Phillipe. **Desafios da história do oral do século XXI**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

KULESCA, Wojciech Andrezej. **A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910)** In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais**, Brasília: 2000.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et. al. 7ªEd. Campinas: UNICAMP, 2013.

LIMA, Maria Leone. **Ingresso das mulheres no Magistério da Bahia: O resgate de uma história**. Tese (Doutorado em Educação) 2006. 181f. Universidade Federal da Bahia. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas: Uma Escola de Mulheres**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade. UFRGS, 1987.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 7ªEd. São Paulo: Contexto, 2004.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. **Ensino de Ciências e Formação de Professores: na Escola Normal e no Curso de Magistério**. Tese (Doutorado em Educação) 1998, 262f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (Org.). Vida de professores. Porto, Editora, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org) **História oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba: DAP, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia e formação de professores no Brasil: Vicissitudes dos últimos séculos. Campinas, SP: Autores associados, 1997.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.

APÊNDICES

Apêndice A- Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada

- 1) Em que anos você cursou o normal ou o magistério?
- 2) Quais os motivos que a levaram a escolher o curso?
- 3) A decisão de cursar o normal ou o magistério foi uma escolha ou uma imposição? Se imposição, por parte de quem?
- 4) Quais eram os saberes e os fazeres de uma normalista?
- 5) O que representava ser uma normalista em sua época?
- 6) Ser normalista ou cursar o magistério representava algum status social? Fale sobre o uniforme:
- 7) Como eram e de onde provinham as estudantes que faziam o Curso Normal na sua época?
- 8) Qual a visão da sua e das outras famílias em relação ao curso?
- 9) De que forma a normalista era vista pela sociedade pedritense?
- 10) Como era feita a entrada no curso? Havia uma prova ou um processo seletivo?
- 11) As turmas em que estudou eram compostas apenas por meninas? Quantas?
- 12) Achas que por ser mulher a escolha do curso e da profissão foram influenciadas?
- 13) A Escola do Horto, hoje, ainda é vista pela sociedade pedritense da mesma maneira em que era vista em sua época?
- 14) Por que motivo pensas que há aproximadamente 10 anos o curso deixou de funcionar na Escola do Horto?
- 15) Como deu-se sua entrada ao mercado de trabalho?
- 16) Ser professora é uma missão ou uma vocação?
- 17) O que constitui a identidade de uma professora?
- 18) Em sua visão, o que é “ser” professora?
- 19) Em que área da educação trabalha ou trabalhou?
- 20) Se estás aposentada, fazem quantos anos?
- 21) O que acha que mudou na educação de sua época comparada com a atual educação?
- 22) Nos dias atuais faria essa escolha novamente?

Apêndice B- Termo de Consentimento**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, _____.

Declaro que estou de acordo em fornecer informações a pesquisadora Luciana Simões Rodrigues, aluna da Universidade Federal do Pampa, do Curso de Licenciatura em Letras do campus Bagé, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada de Memória e Esquecimento: História de alunas egressas da Escola Nossa Senhora do Horto de Dom Pedrito-RS, bem como a divulgação total e/ou parcial de minha entrevista e dados pessoais.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento de que a minha participação nesta fase do projeto consiste em conceder entrevistas, que serão gravadas, sobre minhas memórias quando aluna do Curso Normal ou Habilitação em Magistério

Dom Pedrito, _____ de _____ de 2016.

Assinatura: _____

APÊNDICE C- Foto da Irmã Amélia Marletto

APÊNDICE D- A escola Nossa Senhora do Horto desde 1910.



APÊNDICE E- As primeiras turmas do Ginásio da Escola Nossa Senhora do Horto



APÊNDICE F- Parte da primeira turma do Curso Normal, 1947.

